



“Isso não é movimento dos sem-terra; é movimento sem lei”, afirma Renan Calheiros



No Plenário, senadores da base do governo e da oposição condenam veementemente a invasão

Senado repudia vandalismo na Câmara dos Deputados

Ação de manifestantes do Movimento de Libertação dos Sem-Terra (MLST) recebe forte condenação dos senadores. “Isso é um atentado à democracia e ao Parlamento”, afirma o presidente do Senado, Renan Calheiros. **Páginas 4 e 5**



Manifestantes do Movimento de Libertação dos Sem-Terra quebram carro na Câmara dos Deputados



Tropa de choque da Polícia Militar do Distrito Federal, chamada pela Câmara, protege o Congresso

Novo prazo para municípios e estados quitarem débitos

Projeto de Iris de Araújo que estende prazo até 1º de janeiro de 2007 foi aprovado pela CAE e vai ao exame do Plenário. **Página 3**

Projeto amplia os direitos do consumidor

Comissão de Meio Ambiente aprovou projeto que obriga todo fornecedor de produtos e serviços a oferecer atendimento pessoal ao consumidor. **Página 7**

Acesso facilitado para pessoa com deficiência

Integrantes de comissões reuniram-se com consultores para debater ações que facilitem acesso ao Senado. **Página 2**

Depoente liga Sombra e Okamoto a Arcanjo

Joacir das Neves, ex-segurança de Arcanjo Ribeiro, afirmou na CPI dos Bingos ter visto Paulo Okamoto e Sérgio Sombra em Cuiabá. **Página 6**

Hoje, será aberta exposição e inaugurado elevador especial, e amanhã haverá audiência sobre a inclusão de deficientes



Comissões realizam reunião com Andrea Schwarz e Jaques Haber, do instituto I-Social

Senado amplia ações para facilitar acesso à pessoa com deficiência

Os consultores do instituto I-Social Andrea Schwarz e Jaques Haber reuniram-se ontem com integrantes das comissões de Valorização da Pessoa com Deficiência e de Acessibilidade para debater as conquistas para facilitar o acesso – físico, tecnológico e de capacitação – do portador de deficiência ao Senado e discutir futuras ações.

A Casa já promoveu, desde a instalação da Comissão de Acessibilidade, há dois anos, mudanças como a instalação de banheiros e elevadores adaptados, construção de rampas e criação do programa *Inclusão*, da TV Senado. Outras ações estão sendo discutidas, como a gravação em áudio da Constituição brasileira.

Hoje, será aberta, no Salão Nobre, a exposição *Imagens da Inclusão*, que poderá ser vista na Chapelaria, e será inaugurado o elevador especial do Salão Negro.

Na Casa, 55 servidores apresentam alguma deficiência; no Brasil, são pelo menos 27 milhões de pessoas. Este último dado é de uma pesquisa da Federação Brasileira dos Bancos, cujos resultados serão apresentados amanhã, durante audiência sobre a inclusão de pessoas com deficiência.

Na próxima semana, entra em funcionamento na página do Senado na internet, em caráter experimental, uma ferramenta que permitirá ao deficiente auditivo acompanhar informações por meio da linguagem brasileira de sinais.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Sessão deliberativa tem pauta bloqueada por medidas provisórias

A pauta da sessão deliberativa de hoje, às 14h, continua trancada por medidas provisórias que impedem a análise de indicações para agências reguladoras e

embaixadas. Na hora dos discursos, os parlamentares devem comentar a invasão da Câmara por integrantes do Movimento de Libertação dos Sem-Terra.

Comissão de Justiça ouve dirigentes do Opportunity e do Citigroup

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) ouve o banqueiro Daniel Dantas, do Opportunity. Nas últimas semanas, a imprensa publicou que Dantas, antigo controlador da Brasil Telecom,

teria um dossiê que relacionava petistas a contas irregulares no exterior. Há suspeitas de que tenha havido tráfico de influência entre o Opportunity, os fundos de pensão e o governo na época da disputa

acionária pela Brasil Telecom. Também serão ouvidos pela CCJ o presidente do Citibank, Gustavo Marin, e Verônica Dantas, diretora do banco Opportunity e irmã de Daniel Dantas.

Trabalho infantil em debate na CDH

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) realiza a partir das 10h audiência para discutir a erradicação do trabalho infantil no Brasil. Devem participar os ministros do Desenvolvimento Social e Combate

à Fome, Patrus Ananias; do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho; e um representante do Ministério da Justiça. O debate terá por base o Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente.



Relatório final da CPI dos Bingos será lido amanhã

A leitura do relatório final da CPI dos Bingos está marcada para amanhã, às 11h. O relator da comissão parlamentar de inquérito, sena-

dor Garibaldi Alves (PMDB-RN), adiantou que vai pedir o indiciamento de diversas pessoas, incluindo aquelas ligadas a fraudes no contrato

da Caixa Econômica Federal com a empresa GTech, além dos envolvidos nos demais casos investigados pelos parlamentares.

Assessor da Presidência da República fala sobre a relação entre Brasil e Bolívia

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) vai ouvir o assessor da Presidência da República Marco Aurélio Garcia (foto) sobre a crise entre Brasil e Bolívia, às 11h. As relações comerciais entre os dois países foram afetadas pela decisão do governo



boliviano de nacionalizar os hidrocarbonetos do país, até então explorados em parte pela Petrobras. A Comissão Especial do Saneamento reúne-se às 15h para analisar emendas às propostas para o setor. O objetivo é agilizar a definição de um marco regulatório para o saneamento.

Renegociação de dívidas na CRA

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) continua discutindo projetos sobre a renegociação das dívidas rurais e a universalização do benefício. Às 14h30, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) vai analisar o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentária de 2007.

Parcelamento de férias

Em discussão na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), com reunião marcada para as 9h30, estão projetos que asseguram o parcelamento de férias aos trabalhadores menores de 18 anos e maiores de 50. A proposta altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e é um dos dez itens em pauta.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: João Alberto Souza

3º Secretário: Paulo Octávio

4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos

Suplentes de Secretário: Serys Shessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:

Armando S. Rollemberg

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e

Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida,

Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e

Humberto Sousa Lima

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Davi Emerich e Silvia Gomide (interina) (61) 3311-1670

Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, João Alberto Souza e Romeu Tuma

Projeto de resolução aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos estende até o dia 1º de janeiro do próximo ano o prazo para regularização de contas

Mais prazo para estados e municípios quitarem dívidas

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem projeto de resolução que estende até o dia 1º de janeiro de 2007 o prazo para que todos os estados, municípios, seus órgãos e empresas regularizem suas contas, quitando dívidas porventura existentes. A proposta (PRS 35/06), de autoria da senadora Iris de Araújo (PMDB-GO), será apreciada em regime de urgência pelo Plenário, conforme pedido apresentado pelo relator, senador

Luiz Otávio (PMDB-PA), que também preside a CAE.

O prazo inicial para a apresentação de certidão negativa pelas unidades da Federação venceu no último dia 31, conforme previa projeto de resolução aprovado pelo Senado há cinco anos (Resolução 43/01). Porém, o governo ainda trabalha na elaboração de um sistema de consulta de todos os inscritos no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), como forma de se adequar às exigências

da legislação. Todos os órgãos públicos, como secretarias, prefeituras, autarquias e empresas estatais, dispõem de seu próprio CNPJ.

De acordo com Iris de Araújo, as dificuldades operacionais impediram a adaptação às exigências da Resolução 43/01, embora desde o último dia 31 os órgãos governamentais só possam tomar empréstimos ou receber repasses financeiros se apresentarem certidão negativa

de débito, inclusive prefeituras e governos estaduais.

– A inexistência de uma base de dados contendo todos os números de cadastro dos órgãos e entidades pertencentes a um mesmo ente forçou a adoção de um controle limitado, no qual se verificava apenas a situação do CNPJ do órgão ou entidade pleiteante – explica a senadora, ao justificar a ampliação do prazo para a quitação das dívidas pelos estados e municípios.



Proposta de Iris de Araújo deve ser votada em regime de urgência pelo Plenário

Roosevelt Pinheiro

Secretários pedem uma mudança tributária ampla

O secretário de Fazenda de Mato Grosso, Waldir Júlio Teis, defendeu ontem a adoção de uma ampla reforma tributária que assegure o desenvolvimento regional. A sugestão foi apresentada durante a audiência pública promovida pela Comissão de Assuntos Econômicos sobre a concessão de incentivos fiscais pelos estados.

– A reforma tributária precisa incluir todos os tributos. A guerra fiscal provoca desequilíbrio na competitividade entre as economias estaduais. Sem uma ampla reforma, o descompasso regional se avoluma. É preciso adotar alíquotas estaduais diferenciadas. A isonomia no tratamento tributário não tem lógica. Ou assumimos o Brasil com suas diferenças ou dividimos o país.

A elaboração de uma reforma tributária ampla também foi defendida pelo representante do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), André Paiva. Segundo ele, a guerra fiscal entre os estados só será combatida a partir da definição de normas que favoreçam o desenvolvimento das regiões brasileiras.

Por sua vez, o presidente da Federação Nacional do Fisco Estadual (Fenafisco), Rogério Macanhão, defendeu o fortalecimento do Confaz, sob pena de se favorecer a “autofagia” entre as diversas unidades da Federação.

Para o secretário de Fazenda do Ceará, José Maria Martins Mendes, é preciso conciliar os interesses dos estados e das empresas dispostas a investir nas unidades da Federação. Seus argumentos receberam o apoio do representante da Federação das Indústrias de Goiás, Raul Costa.



Luiz Otávio (terceiro à esquerda) ouve exposição de Bernard Appy na audiência da CAE sobre incentivos concedidos pelos estados

Senadores cobram políticas para regiões mais pobres

Na audiência realizada ontem na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para debater as políticas de desoneração de impostos criadas pelos estados, senadores criticaram a falta de uma política nacional de desenvolvimento para as regiões mais pobres. A ausência de mecanismos de promoção e integração regional, como avaliaram, foi o que motivou a iniciativa de vários estados de promover políticas de incentivo fiscal para atrair investimentos privados.

– Lamentavelmente, fomos acusados de promover a guerra fiscal, mas apenas fomos compelidos, pela pressão das populações, a adotar mecanismos para promover o desenvolvimento de nossos estados – afirmou o senador e ex-governador da Bahia César Borges (PFL).

O ministro interino da Fazenda, Bernard Appy, lembrou que o país passou as últimas décadas discutindo políticas macroeconômicas para assegurar a estabilidade e afirmou que agora há cada vez mais espaço para avançar com os investimentos. Ele salientou que muitas ações do atual governo produzem efeitos sobre o desenvolvimento regional, citando o Bolsa Família, que aumenta o nível da

renda local. Appy declarou que o Fundeb vai garantir aumento dos gastos em educação com efeito distributivo.

Quanto à recriação da Sudene e da Sudam, o ministro interino garantiu a Tasso Jereissati (PSDB-CE) que o governo tem interesse na aprovação dos dois projetos. Depois de aprovadas pelo Senado, as propostas avançam lentamente na Câmara, como observou Jereissati.

Guerra fiscal

Autora de um dos requerimentos da audiência, a senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) disse que já está demonstrado que os incentivos, a longo prazo, são predatórios. Segundo ela, a guerra fiscal chegou a um ponto em que as empresas escolhem onde se instalar, mesmo depois de usar os benefícios bancados por algum estado. A senadora propôs o debate após o Supremo Tribunal Federal (STF) acolher ação direta de inconstitucionalidade da lei de incentivos adotada pelo Pará.

Para Flexa Ribeiro (PSDB-PA), autor de requerimento que ampliou o foco da audiência para as políticas de outros estados, a decisão do STF foi correta. Porém, assinalou, a medida prejudicou o Pará, ao

impedir que o estado lance mão dos incentivos para atrair novos investimentos enquanto outros continuam com a prerrogativa.

O senador lembrou que a iniciativa da ação foi de filiados ao PT paraense e que Ana Júlia agora está tentando corrigir um “pecado mortal” cometido por correligionários. Assinalou que, com os incentivos, o produto interno bruto (PIB) do estado triplicou em dez anos e a arrecadação cresceu.

Ana Júlia reagiu dizendo que a discussão sobre os incentivos deve ser suprapartidária, sem guerra de oposição, e acrescentou que as alíquotas sobre combustíveis, energia elétrica e telefonia foram majoradas para compensar as isenções.

Em resposta a Ramez Tebet (PMDB-MS), que havia cobrado informações sobre a desoneração do Imposto de Renda para estrangeiros na compra de títulos públicos, Appy disse que a medida favorece a redução dos juros a longo prazo e melhora a capacidade de investimento das empresas nacionais. Também concordou com Tebet sobre a necessidade de desonerar a cobrança de impostos especificamente sobre investimentos de fora para o setor produtivo.

Appy: reforma pode acabar com a guerra fiscal

O ministro interino da Fazenda, Bernard Appy, afirmou, na audiência da CAE, que o debate sobre a reforma tributária representa o contexto apropriado para pôr fim à guerra fiscal. Na sua opinião, a disputa já teria chegado a um ponto em que os resultados são adversos para os estados que oferecem incentivos.

Appy admitiu, no entanto, a hipótese de que o Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) trabalhe para uma solução de consenso caso o novo desenho do sistema tributário – a ser definido em torno de projeto do Executivo que já passou pelo Senado e voltou à Câmara – deixe a questão ainda em aberto. Ele afirmou que o governo continua interessado na reforma, mas observou que cabe ao Congresso a “decisão soberana” a respeito do assunto.

Segundo o ministro interino, o Confaz não dispõe de levantamentos sistemáticos sobre as isenções oferecidas pelas políticas estaduais de incentivo. A estimativa, a seu ver, é que o montante esteja situado entre R\$ 25 bilhões e R\$ 30 bilhões por ano.

Segundo Appy, a substituição do ICMS pelo Imposto sobre o Valor Agregado (IVA), como previsto na reforma, significa um avanço para um sistema tributário mais racional. Esse tributo, na sua avaliação, deverá facilitar a implementação de um sistema de partilha compensatória da arrecadação, sobretudo a partir da integração dos fiscos federal e dos estados, por ele estimada para acontecer num prazo de até cinco anos.

José Cruz

Mesmo com avaliações diferentes sobre as motivações do movimento, governistas e opositores são unânimes em condenar invasão promovida pelo MLST

Senadores repudiam vandalismo contra a Câmara

O Senado reagiu de forma veemente à invasão da Câmara dos Deputados, promovida ontem por um grupo de 539 militantes do Movimento de Libertação dos Sem-Terra (MLST) e que resultou em atos de vandalismo inéditos no Congresso. Senadores dos diversos partidos condenaram o quebra-quebra. Depois de manifestar solidariedade ao presidente da Câmara, Aldo Rebelo, o presidente do Senado, Renan Calheiros,

afirmou que sempre defendeu toda manifestação democrática, “mas isso não é uma manifestação: isso é uma arruaça e tem que ser tratada como arruaça”.

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), pediu a convocação dos líderes partidários na Câmara e no Senado para avaliar a situação.

Para o líder do PFL, José Agripino (RN), o presidente Lula “não tem coragem de expulsar o petista vândalo (Bruno Maranhão)”.

A senadora Heloísa Helena (AL), do PSOL, chamou a invasão da Câmara de “farsa radicalóide”, pois teria sido comandada por lideranças ligadas ao governo.

Senadores petistas foram unânimes em condenar o vandalismo. Em nome da liderança, Sibá Machado (AC) disse que manifestações violentas não fazem parte da tradição do partido. Eduardo Suplicy (SP) leu nota da Executiva do PT criticando o quebra-quebra.



Vidraças quebradas e carro virado: cenas inéditas no Parlamento brasileiro

Gilberto Nascimento/Câmara

Qual a motivação do movimento? Parlamentares debatem em Plenário

Caráter de ilegalidade da manifestação é destacado por representantes de diferentes partidos, que cobram providências



PRESIDENTE LULA, AÍ ESTÃO SEUS FILHOS quebrando vidraças e invadindo o Congresso – disse Leonel Pavan (PSDB-SC). Ele levantou a hipótese de a invasão da Câmara por manifestantes do MLST ter conotação política e sugeriu que o próprio PT pode ter orientado o ato. Para reforçar sua suspeita, Pavan lembrou que o coordenador do movimento, Bruno Maranhão, é filiado ao Partido dos Trabalhadores.



O DANO QUE PROVOCA À IMAGEM do Brasil no exterior “um grupo de vândalos, com bonés vermelhos”, depredando instalações do Congresso foi lamentado pelo líder do PFL, José Agripino (RN). Ele disse que o presidente Lula “não tem coragem de expulsar o petista vândalo” que liderou o grupo do MLST que invadiu dependências da Câmara, provocando um quebra-quebra. Agripino se referia ao líder da organização, Bruno Maranhão.



JAMAIS A AUTORIDADE PÚBLICA foi tão desmoralizada quanto nesses tempos de Lula na Presidência. A responsabilidade por isso é do atual governo, que gerou expectativas e acabou frustrando os trabalhadores. A declaração é do líder da Minoria, Alvaro Dias (PSDB-PR), segundo o qual o presidente Lula estaria insuflando o movimento ao descumprir suas promessas de promover a reforma agrária no país.



ELES NÃO QUEREM RECURSOS para a reforma agrária, mas para se armar, se estruturar e promover a baderna – declarou Almeida Lima (PMDB-SE). O senador lembrou que o líder do MLST, Bruno Maranhão, é filiado ao PT e, de acordo com o senador, freqüente jantares com o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. O MLST é, segundo Almeida Lima, uma espécie de “tropa de choque” do Partido dos Trabalhadores.



É PRECISO REPUDIAR ESSE ATO de vandalismo que nasce em cima do adubo da desmoralização. Quebraram os vidros e sujaram os tapetes da casa errada, pois a caneta e a chave do cofre para a reforma agrária estão no Executivo, e não no Legislativo – declarou o senador Magno Malta (PL-ES). Ele considerou “necessária e respeitável” a atitude de lutar e reivindicar direitos, mas afirmou que nada justifica o ato de vandalismo dos dissidentes do MST.



PAÍS VIVE ATORMENTADO pela corrupção, há um ano, e agora presenciamos atos de violência no Congresso – lamentou Ramez Tebet (PMDB-MS). “Esses movimentos agem sem restrições e já invadiram e incendiaram prédios públicos, sem que houvesse nenhuma punição”, acrescentou o parlamentar, surpreso com o ocorrido. A seu ver, o Brasil passa por um momento de desordem ante um “governo leniente”



ONDE ESTÃO AS FORÇAS ARMADAS? – perguntou o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA). “Elas não podem ficar caladas. Esses comandantes estão obedecendo a um subversivo. Quero dizer neste instante, aos comandantes militares, não ao ministro da Defesa, que reajam enquanto é tempo, antes que o Brasil caia na desgraça de uma ditadura sindical, presidida pelo homem mais corrupto que já chegou ao governo da República” – advertiu.



SÃO TODOS FORA-DA-LEI os que invadiram o Congresso com o pretexto de que aqui também há bandidos – observou Demostenes Torres (PFL-GO). “Mas o ministro Márcio Thomaz Bastos está fechando os olhos porque o governo deve ter contas a pagar à nação” – assinalou o senador. Demostenes se pronunciou antes que fosse divulgada manifestação do Ministério da Justiça condenando o episódio.

“Um atentado à democracia e ao Parlamento”, deplora Renan Calheiros

O presidente do Senado, Renan Calheiros, manifestou indignação e classificou como “um absurdo” o quebra-quebra realizado ontem na Câmara dos Deputados por centenas de integrantes do Movimento de Libertação dos Sem-Terra (MLST) liderados pelo membro do Diretório Nacional do PT, Bruno Maranhão. Renan disse

que expressou sua solidariedade ao presidente da Câmara, Aldo Rebelo, e que, se “a arruaça” tivesse ocorrido no Senado, teria convocado a polícia e solicitado que prendesse todos.

– Aqui no Senado não entra. Eu sempre defendi toda manifestação democrática, mas isso não é uma manifestação. Isso é

uma arruaça e tem de ser tratada como arruaça. Essa gente tem de ir para a cadeia e pagar pelo que fez. Isso não é movimento dos sem-terra; é movimento sem lei. Isso é um atentado à democracia, ao Parlamento. É um péssimo exemplo e não pode continuar. Não há como negociar com arruaçeiro – observou Renan.

O presidente do Senado salientou que não receberia os representantes do MLST, que pretendiam entregar uma carta com propostas para acelerar a reforma agrária.

– Eu não considero isso um movimento social; considero isso uma arruaça. Não dá para receber carta de arruaçeiros – reafirmou.



Renan: “Isso não é movimento dos sem-terra; é movimento sem lei”

Gerardo Magela

Em nota lida no Plenário por Sibá Machado, a Presidência da República afirma que o ato de vandalismo contra a Câmara deve ser tratado com rigor

Governo oferece ajuda da Polícia Federal à investigação

O senador Sibá Machado (PT-AC) leu em Plenário, ontem, nota da Presidência da República que classifica a invasão das dependências da Câmara dos Deputados pelo MLST como “grave ato de vandalismo cometido contra o Parlamento”, atitude que “fere os princípios da democracia e deve ser tratada com rigor”.

A nota à imprensa diz que a Presidência está “segura de que os movimentos sociais brasileiros

não se identificam com atitudes de violência cometidas contra instituições cuja liberdade e soberania foram tão difíceis de conquistar”.

Sibá informou que o Ministério da Justiça se comprometeu, também em nota, a colocar a Polícia Federal à disposição do Poder Legislativo, para “participar da persecução criminal dos responsáveis”. A documento acrescenta que “aqueles que apedrejaram a

democracia no lamentável ato perpetrado contra a Câmara dos Deputados não colaboraram em nada para o avanço da justa causa da reforma agrária”, e que “o uso ilegítimo da força será contido pelas penas da lei”.

Em apoio ao colega de bancada, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) leu ainda a nota de repúdio da direção nacional do Partido dos Trabalhadores pelos atos de violência. No documento, o PT

se solidariza com o Poder Legislativo. Sibá reforçou que praticamente todos os parlamentares do partido no Senado já haviam se manifestado nesse sentido.

O parlamentar informou que os articuladores da manifestação, entre eles Bruno Maranhão, líder do MLST, estão presos. Maranhão é membro da Executiva Nacional do PT. Os senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), Leonel Pavan (PSDB-SC) e Heráclito

Fortes (PFL-PI) questionaram os senadores petistas sobre essa contradição.

– O gesto de Maranhão é impossível de se aceitar. No entanto, em 1989, fomos acusados de participação no seqüestro do empresário Abílio Diniz, o que nos feriu muito. Hoje há um militante do PT envolvido, sim, e o partido vai cuidar disso, assim como a Justiça tomará suas providências – respondeu.

Petistas acham absurda qualquer vinculação do partido aos atos de vandalismo

Críticas da oposição são respondidas por Flávio Arns e Ana Júlia. Jucá destaca oferta de ajuda feita pelo Ministério da Justiça



REPUDIO, COMO MEMBRO DO PT, qualquer insinuação de que esses atos de vandalismo possam ter sido incentivados pelo Executivo federal ou pelo Partido dos Trabalhadores – declarou Flávio Arns (PR), que considerou “um absurdo” alguns parlamentares terem cogitado essa hipótese. Ele acrescentou que seu partido discordou completamente dos episódios ocorridos na Câmara dos Deputados e se manifestou publicamente nesse sentido.



O LÍDER DO GOVERNO, Romero Jucá (PMDB-RR), solidarizou-se com os senadores que subiram à tribuna para repudiar o ato de vandalismo e violência praticado contra a Câmara. Jucá também demonstrou indignação pelo ocorrido dentro das instalações do Congresso Nacional e registrou que cerca de 300 pessoas participantes do ato já haviam sido presas e que o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, ofereceu os préstimos daquela pasta na apuração do caso.



ELES TROUXERAM UMA MENSAGEM de arrogância, de intolerância, de violência – lamentou Antônio Carlos Valadares (PSB-SE). “Somos favoráveis a uma reforma agrária pacífica, com justiça social, para geração de empregos, mas nunca através desses meios”, protestou o senador, que integra a base do governo. Atos como os verificados ontem, na avaliação de Valadares, “desmoralizam a defesa da terra para quem não tem terra”.



O EPISÓDIO, NA AVALIAÇÃO do líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), demonstra que instituições como o Legislativo e o Judiciário estão sendo postas em xeque pela população devido à corrupção no governo Lula. “O líder [da invasão da Câmara] é ligado a este governo inepto. Mas este antidemocrático deveria ter se dirigido ao Palácio do Planalto para promover seu ato, e não ao Congresso”, afirmou o senador, ao pedir uma reunião de líderes para avaliar a questão.



O LEGISLATIVO SÓ TERÁ CONDIÇÕES de enfrentar essa campanha difamatória e conquistar o apoio popular se pautar sua conduta pela moral, credibilidade e liderança – advertiu Cristovam Buarque (PDT-DF). “É mais grave o que ocorreu hoje diante da crise moral que o Congresso vive. Nós também fazemos parte dessa conspiração quando não cassamos deputados comprovadamente envolvidos em atos ilícitos”, acrescentou.



UMA FARSA RADICALÓIDE – assim Heloísa Helena (PSOL-AL) classificou a invasão da Câmara pelos manifestantes do MLST, dizendo que ele foi comandado por lideranças subordinadas ao governo. Para ela, um movimento social organizado como o MLST não poderia praticar ações desse tipo. A senadora disse também que a imagem do Congresso está desmoralizada em razão do escândalo do mensalão e da subserviência de muitos parlamentares ao governo.



O APOIO DO GOVERNO DO PT aos trabalhadores rurais não implica apoio à violência ou a atitudes radicais – observou Ana Júlia Carepa (PT-PA). “Não há conotação ideológica nessa atitude, nem foi apresentada aos nossos líderes qualquer reivindicação”, enfatizou. A senadora reprovou a ação, ressaltando que qualquer ilação que tenha por objetivo vincular o governo Luiz Inácio Lula da Silva ao episódio deve ser considerada improcedente.

Presos foram conduzidos em dez ônibus a um ginásio da Polícia Militar

A área externa do Congresso Nacional transformou-se ontem em praça de guerra. Centenas de policiais militares montaram um cerco durante a operação de prisão dos militantes do MLST. Efetivos da Polícia Militar do Distrito Federal revistaram os manifestantes antes que eles entrassem nos mais de dez ônibus que os conduziram ao ginásio da Polícia Militar, no Setor Policial Sul, na capital federal. A comissão que negociou a forma como seria efetuada a prisão

dos sem-terra foi composta pelos deputados Moroni Torgan (PFL-CE), Maninha (PSOL-DF) e João Alfredo (PSOL-CE).

Entre os presos havia homens, mulheres e até mesmo crianças. Segundo informações do coordenador da Polícia Judiciária da Câmara dos Deputados, Alber de Paula, os manifestantes serão indiciados por diversos crimes. O coronel da Polícia Militar Antônio Serra afirmou ontem que ainda não tinha sido possível identificar o agressor do

coordenador de apoio logístico do Departamento de Polícia Legislativa da Câmara.

O deputado João Alfredo, relator da CPI da Terra, disse não acreditar que o ato de vandalismo tenha sido premeditado. Segundo ele, quando o tumulto começou, as lideranças do MLST estavam no gabinete do deputado Nelson Pelegrino (PT-BA) preparando documento para ser entregue aos presidentes da Câmara dos Deputados, Aldo Rebelo, e do Senado, Renan Calheiros. Os

ânimos se exaltaram, conforme João Alfredo, justamente porque os manifestantes foram impedidos de entregar o documento.

Para o deputado, que é advogado e estudioso da causa agrária, o que aconteceu foi uma “explosão”, que é apenas um reflexo da situação-limite vivida pela agricultura brasileira. João Alfredo culpou o governo Lula por ter tentado “servir a Deus e ao Diabo ao mesmo tempo”, numa referência à nomeação de Miguel Rossetto para o Ministé-

rio do Desenvolvimento Agrário, por um lado, e de Roberto Rodrigues, para o da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, de outro. Nesse processo, avalia o parlamentar, o governo acabou privilegiando o agronegócio e deixando de levar adiante a reforma agrária, interrompendo, inclusive, o processo de desapropriação de terras. “Há uma divisão dentro do PT, muita gente está insatisfeita com o rumo tomado pela reforma agrária”, apontou João Alfredo.

Ideli destaca elogio de Maílson a política do governo para dívida



Ideli Salvatti

A líder do PT, senadora Ideli Salvatti (SC), comentou, em pronunciamento, entrevista concedida pelo ex-ministro da Fazenda Maílson da Nóbrega ao jornalista Paulo Henrique Amorim, em seu *site* na internet. Na entrevista, Maílson elogiou o esforço do governo Lula para que o país acumule reservas destinadas ao pagamento de US\$ 50 bilhões da dívida líquida externa até o fim do ano.

Ideli comemorou o fato de o ex-ministro ter concordado com a política do Tesouro Nacional de recomprar títulos da dívida externa. Ela ressaltou que se trata de ações cujo objetivo é reduzir a vulnerabilidade do país.

Tebet cobra liberação de R\$ 2,5 milhões para presídios em MS



Ramez Tebet

Ramez Tebet (PMDB-MS) pediu, em discurso, ao ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, a liberação de R\$ 2,5 milhões prometidos pelo governo federal para recuperar os presídios de Mato Grosso do Sul depredados na última rebelião de presos promovida pelo Primeiro Comando da Capital (PCC).

O senador também protestou contra a atuação dos 200 homens da Força Nacional de Segurança enviados ao estado, já que, em vez de ajudar a restabelecer a segurança nos presídios, não estariam fazendo nada até agora. Segundo o Tebet, a Força Nacional tem demonstrado desorganização e despreparo.

Sibá critica notícia-crime da OAB contra o presidente Lula



Sibá Machado

Sibá Machado (PT-AC) criticou a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) pela apresentação de notícia-crime contra o presidente Lula. Ele disse que a entidade “tem o direito de protestar, mas deveria primar pelos fatos determinados”.

O senador citou nota do jornalista Guilherme Fiuza no portal IG, em que classifica a notícia-crime da OAB como “um dos momentos mais melancólicos da história recente do direito no Brasil”. Diz ainda, em referência ao criminalista Renato Neves Tonini, que o “mais correto” seria chamá-la de “notícia-clipping”, por não trazer nenhum fato novo nem qualquer elemento de prova.

Voto de repúdio exige rapidez nas investigações sobre o mensalão

Por meio de voto de repúdio aprovado pelo Plenário, o Senado manifestou sua indignação contra o escândalo do mensalão, que se tornou conhecido há um ano. O requerimento, apresentado por Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA) e assinado por 18 outros senadores, exige que as investigações sejam aceleradas para que os culpados possam receber as devidas punições.

– A impunidade que cercou, durante esse ano, todos os acusados ofende o cidadão de bem e compromete a autoridade e a credibilidade dos Poderes da República. Não obstante as dificuldades interpostas, as descobertas da imprensa e, principalmente, o trabalho das CPIs e do Ministério Público Federal permitiram deslindar um sofisticado esquema de corrupção misturando o uso de recursos públicos com interesses

inconfessáveis – diz Antonio Carlos no requerimento.

O documento lembra que as apurações resultaram na saída de membros do governo, na renúncia e cassação de parlamentares, no pedido de processo contra 40 pessoas feito pelo procurador-geral da República e no pedido da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) para que o MP investigue possível envolvimento do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Na discussão da matéria, manifestaram-se a favor José Agripino (PFL-RN), Arthur Virgílio (PSDB-AM), Efraim Morais (PFL-PB), Heráclito Fortes (PFL-PI) e Almeida Lima (PMDB-SE). Eduardo Suplicy (PT-SP), que anunciou voto contrário, disse que o momento é importante para o país fazer uma reflexão e evitar a repetição de episódios como o do mensalão.

CPI dos Bingos adia para amanhã início da leitura do relatório final

Presidente do colegiado, Efraim diz não haver motivos para embate entre oposição e governo na votação do texto de Garibaldi e afirma que o documento “não é político”

A CPI dos Bingos adiou para amanhã, com início às 11h, a leitura do relatório final elaborado pelo relator, senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN). Quanto ao possível embate entre governistas e senadores da oposição durante a votação do documento, o presidente do colegiado, Efraim Morais (PFL-PB), disse, em entrevista à imprensa, que o relatório de Garibaldi “não é político” e sim um texto “de quem se dedicou às investigações”.

Efraim voltou a rechaçar as acusações da base governista de que a CPI dos Bingos tenha investigado acontecimentos fora do foco determinado. Ele garantiu que todo o conjunto de resultados das investigações será encaminhado ao Ministério Público, para



Relatório de Garibaldi será apresentado em reunião marcada para as 11h

que possa ser aprofundado.

Depoimento

Após as três horas do depoimento, a portas fechadas, de Joacir das Neves, ex-segurança de João Arcaño Ribeiro, o Comendador, Garibaldi informou que o depoente confirmou ter

João Arcaño

visto Sérgio Gomes da Silva (o Sombra), Paulo Okamoto e o deputado Pedro Henry (PP-MT) em visitas à mansão de Arcaño em Cuiabá. De acordo com Garibaldi, o depoente negou ter visto Antonio Palocci ou o senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) na casa. Sobre José Dirceu, acrescentou o relator, Joacir disse nunca ter visto o petista na casa, porém afirmou ter “ouvido falar” de visitas de Dirceu.

Segundo Efraim, o depoente declarou ter ouvido, durante reuniões entre o Sombra e Arcaño, “conversas sobre seqüestrarem Celso Daniel”. Para o presidente da CPI, o depoimento foi “positivo e confirmou a ligação dos jogos de azar com o crime de Santo André e Arcaño”.

Flexa Ribeiro saúda elevação da Basílica de Nazaré a santuário



Flexa Ribeiro

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) apresentou ontem requerimento de voto de louvor para dom Orani João Tempesta e para o padre José Ramos das Mercês, pela transformação da Basílica de Nazaré, em Belém, em Santuário Mariano Arquidiocesano. O novo título foi proclamado no dia 31 de maio e permitirá que o templo, que concentra as celebrações religiosas pelo Círio de Nazaré, permaneça continuamente aberto.

Na ocasião, o senador comentou a intenção de realizar exposição no Salão Negro do Congresso para divulgar a elevação da basílica a santuário e de requerer sessão especial em homenagem à padroeira dos paraenses.

Virgílio pede diálogo com grevistas da Receita Federal

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio Neto (AM), defendeu ontem, em Plenário, a abertura de negociações, pelo governo, com os grevistas da Receita Federal, tendo em vista o prejuízo que a paralisação está causando às exportações brasileiras. O senador disse que somente no pólo de Manaus houve queda de 21,8% nas exportações e pediu que o governo aja “de forma mais competente”, pois o problema se reflete em desemprego e perda de arrecadação de impostos.

O líder apresentou também requerimento de voto de aplauso à Prefeitura de Manaus pela reinauguração do Parque do Mindu. Arthur Virgílio parabenizou ainda o prefeito, Serafim Corrêa, e estendeu os cumprimentos ao vice-prefeito, Mário Frota, e à secretária de Meio Ambiente, Luciana Valente.

Lando defende mudança na política de saúde em Rondônia



Amir Lando

Em pronunciamento realizado ontem em Plenário, o senador Amir Lando (PMDB-RO) fez um apelo para a reestruturação da política de saúde em Rondônia. Ao reclamar da pequena participação do governo estadual nas despesas de saúde, Lando apontou vários problemas do setor em seu estado, como a falta de leitos nos hospitais, condições precárias de transportes de doentes e mau gerenciamento dos estoques de medicamentos da rede pública de saúde.

O senador chamou a atenção para a necessidade de serem priorizadas as ações de medicina preventiva que evitem as despesas elevadas com a internação de pacientes.



Jane Araújo



Jane Araújo

Tuma e Flexa Ribeiro: eleitos, respectivamente, presidente e vice-presidente do colegiado

Subcomissão irá acompanhar ações para modernizar as Forças Armadas

Os esforços para a modernização do Exército, da Marinha e da Aeronáutica passarão a ser regularmente acompanhados pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). Com esse objetivo, foi criada ontem a Subcomissão Permanente para Modernização e Reaparelhamento das Forças Armadas Brasileiras, que terá como presidente o senador Romeu Tuma (PFL-SP) e como vice o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), ambos eleitos por unanimidade. Para relator foi indicado o senador Jefferson Péres (PDT-AM).

Romeu Tuma lembrou que

vários projetos sobre os militares encontram-se parados há mais de uma década. Por isso, ele anunciou que pretende promover reuniões temáticas para discutir necessidades específicas de cada arma e as possíveis soluções. O presidente da CRE, Roberto Saturnino (PT-RJ), ressaltou que as Forças Armadas passam por um momento “bastante difícil” e defendeu um trabalho de “recomposição de seu orçamento”.

Compõem a subcomissão, como membros titulares, os senadores Eduardo Azeredo (PSDB-MG), Pedro Simon (PMDB-RS) e Sérgio Zambiasi (PTB-RS).

Infra-Estrutura acolhe indicação para diretor-executivo do Dnit

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) apresentou ontem parecer favorável à mensagem da Presidência da República com a indicação do nome de José Henrique Coelho Sadok de Sá para exercer o cargo de diretor-executivo do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit). A indicação ainda será analisada pelo Plenário.

Sadok de Sá é formado em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com especialização em Transportes e em Higiene e Segurança do Trabalho pela mesma instituição.

O engenheiro destacou que um dos grandes desafios do Dnit é integrar os sistemas rodoviário, ferroviário e aquaviário, com planejamento e investimentos. Para o relator da matéria, senador João Ribeiro (PL-TO), que apresentou parecer favorável à indicação, não há nenhuma dúvida quanto à competência de Sadok de Sá para exercer o cargo.

O presidente da CI, senador Heráclito Fortes (PFL-PI), sugeriu mudanças na legislação a fim de que as próximas indicações para a diretoria do Dnit passem a ser feitas diretamente pelo Executivo, sem o crivo do Senado.



José Cruz

Ao lado de Heráclito (D), Sadok de Sá fala sobre desafios a serem enfrentados pelo órgão

Atendimento pessoal aos clientes e prazo maior para reclamação por problemas no fornecimento de serviços e produtos são alguns benefícios propostos

Comissão aprova projetos que ampliam direitos do consumidor

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) aprovou ontem parecer favorável a substitutivo do senador Aelton Freitas (PL-MG) a projeto de lei que obriga todo fornecedor de produtos ou serviços a oferecer atendimento pessoal ao consumidor, mesmo que a empresa já proporcione atendimento por telefone, internet ou similar. A matéria depende ainda de votação em Plenário.

A CMA também acolheu parecer favorável do senador Valdir Raupp (PMDB-RO) a outro projeto que beneficia os consumidores. A proposta (PLC 134/05), do deputado Celso Ruspomanno (PP-SP), altera o Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90) para estender de 30 para 60 dias o prazo máximo de reclamação por problemas no fornecimento de serviços e produtos não-duráveis. Quando



José Cruz

Pareceres dos relatores Valdir Raupp e Aelton Freitas são favoráveis às iniciativas

a queixa for em relação ao fornecimento de serviços e produtos duráveis, determina o projeto, o prazo passa de 90 para 120 dias. O PLC segue agora para análise do Plenário.

Subcomissão

Nova subcomissão será criada no âmbito da CMA, conforme requerimento de Aelton Freitas e Flexa Ribeiro (PSDB-PA) aprovado pela comissão. O colegiado

– composto por cinco senadores, entre os quais os três representantes do Pará – acompanhará as ações para a solução da crise do setor florestal-madeireiro naquele estado. A subcomissão trabalhará ainda com o Termo de Ajuste de Conduta referente a planos de manejo florestal e à transição para implantação da recém-aprovada Lei de Gestão de Florestas Públicas.



Roosevelt Pinheiro

Iris lamenta que o Dia Mundial do Meio Ambiente não tenha despertado atenção

Iris: aumenta a preocupação com questão ambiental

A senadora Iris de Araújo (PMDB-GO) lamentou ontem que o Dia Mundial do Meio Ambiente, comemorado em 5 de junho, tenha transcorrido sem grandes mobilizações no país. Ela lembrou a importância da preservação ambiental e destacou que uma pesquisa do instituto Vox Populi constatou que o brasileiro está se conscientizando mais sobre as questões do meio ambiente, uma vez que, atualmente, apenas 14% dos entrevistados julgam que o Brasil não tem problemas nessa área – contra um percentual de 47% em 1992.



Roosevelt Pinheiro

Serys resalta as políticas de incentivo a combustíveis alternativos ao petróleo

Serys exalta ações do governo em prol do meio ambiente

Ao chamar a atenção para os problemas climáticos e para os perigos do aquecimento da temperatura global, a senadora Serys Silhessarenko (PT-MT) enumerou as ações do atual governo em prol do meio ambiente, destacando as políticas de incentivo à produção de combustíveis alternativos ao petróleo, como o álcool e o biodiesel. Segundo ela, desde que o Plano de Ação para Preservação e Controle do Desmatamento da Amazônia foi instituído, em 2003, perto de 15 milhões de hectares de floresta foram transformados em unidades de conservação.



Roosevelt Pinheiro

Papaléo: estimativas atuais indicam que 86,6 milhões de pessoas vivem com o HIV

Combate à Aids deve ser prioridade mundial, diz Papaléo

Ao registrar sua participação no Encontro de Alto Nível da Assembléia Geral das Nações Unidas sobre a Aids, ocorrido na semana passada na sede da ONU, em Nova York, o senador Papaléo Paes (PSDB-AP) disse que a doença deve ser objeto de determinação política mundial até que seja vencida. Ele informou que estimativas atuais indicam que 86,6 milhões de pessoas vivem com o HIV. Em 2005, afirmou, aproximadamente 4,1 milhões de pessoas foram infectadas pelo vírus e 2,8 milhões morreram de doenças conexas com a Aids.

Comissão de Educação acata projeto que institui, de 12 a 18 de outubro, um período de conscientização sobre a importância de se formarem crianças de até 6 anos para a cultura da paz

Criada semana de prevenção da violência na primeira infância

A Comissão de Educação (CE) aprovou ontem, por unanimidade, projeto de Pedro Simon (PMDB-RS) que institui a Semana Nacional de Prevenção da Violência na Primeira Infância. O PLS 340/05 recebeu decisão terminativa. Também foi acolhida emenda da relatora, Patrícia Saboya (PSB-CE), para que naquele período sejam desenvolvidas atividades de conscientização da comunidade sobre as causas da violência e com a finalidade de se buscarem soluções para o problema.

Segundo Patrícia, levantamento da Escola Paulista de Medicina revela que cerca de 30% das crianças menores de dois anos que apresentam lesões como fraturas e queimaduras sofreram maus-tratos, na maioria das vezes causados pelos pais ou responsáveis. Essa pesquisa, realizada no Hospital Santa Maria, mostrou que mais de 60% dos casos de maus-tratos identificados em



Pedro Simon é o autor da proposição, que recebeu decisão terminativa na CE

internações de menores na instituição envolviam crianças com menos de um ano.

Em seu relatório, a senadora diz ser preciso uma atuação vigorosa do governo e da sociedade, tanto no tratamento dos agressores quanto na prevenção e nos cuidados médicos às vítimas do ponto de vista físico e psicológico.

O parecer foi lido pela senadora Iris de Araújo (PMDB-GO) como relatora *ad hoc*, a pedido de

Patrícia. O senador Romeu Tuma (PFL-SP) e a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) destacaram a importância do projeto.

Rodovia Cícero Dias

A comissão aprovou ainda projeto do senador Sérgio Guerra (PSDB-PE), relatado por Marco Maciel (PFL-PE), para que se dê o nome do pintor Cícero Dias a trecho de rodovia (BR-101) entre as cidades de Cabo de Santo Agostinho e Palmares (PE).

Cícero Dias nasceu em Palmares em 1907 e morreu em 2003, em Paris. Na França, durante a Segunda Guerra Mundial, o pintor ilustrou poemas do poeta Paul Éluard que foram distribuídos por aviões para estimular a resistência francesa contra os nazistas. Cícero Dias recebeu a Ordem Nacional do Mérito da França.

Na reunião também foram aprovados 22 projetos de decreto legislativo para autorizar a execução de serviços de radiodifusão.

Projeto que institui cadastro de usuários de e-mail vai para CCJ

Projeto do senador licenciado Delcídio Amaral (PT-MS) para obrigar os prestadores de serviços de correio eletrônico a manterem cadastro dos usuários foi aprovado ontem pela Comissão de Educação. Desse arquivo devem constar, entre outros dados, número de cadastro de pessoa física ou jurídica, endereço e data de expedição do e-mail.

Delcídio revela preocupação com a possibilidade de o correio eletrônico vir a ser usado em larga escala com fins criminosos, como já ocorreu com celulares pré-pagos. A proposta prevê a garantia do sigilo das correspondências. Somente no caso do uso de e-mail em crimes a Justiça poderá autorizar a utilização dos dados do cadastro para a investigação.

A CE também aprovou emendas do relator, Eduardo Azeredo (PSDB-MG), entre as quais a que determina que os estabelecimentos que permitam acesso à internet, como os *cyber* cafés, serão obrigados a identificar seus usuários. A proposta segue para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).



Ministro da Saúde anuncia em audiência no Congresso prevenção para seres humanos

Brasil terá vacina contra gripe aviária em quatro meses

O ministro da Saúde, José Agenor Álvares, anunciou que dentro de quatro meses o Brasil terá vacina contra a gripe aviária, para proteção da população. O pronunciamento foi feito em audiência pública promovida pelas comissões de Agricultura do Senado e de Agricultura e de Desenvolvimento Econômico da Câmara. O Instituto Butantã, de São Paulo, há mais de um ano trabalha no desenvolvimento da vacina, com verbas extraordinárias do governo federal.

Na audiência, o ministro informou que “é alta a probabilidade de que o vírus venha a ser

transmitido entre pessoas”, por mutação genética, mas não se pode precisar um tempo para que isso ocorra. O presidente da União Brasileira de Avicultura, o médico Zoe Silveira d’Ávila, ponderou que as pessoas “não precisam ter tanto medo” da doença. Já Ricardo Gonçalves, presidente da Associação Brasileira dos Produtores e Exportadores de Frango, disse que, caso a gripe aviária seja detectada no Brasil, haverá grandes perdas econômicas e sociais. O país exporta mais de US\$ 3,5 bilhões em carne de frango, e apresenta um consumo interno de 37 quilos por pessoa ao ano.

Comissão aprova criação do Parlamento do Mercosul

A Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul aprovou ontem o protocolo constitutivo do Parlamento do Mercosul. Para o órgão legislativo ser instalado até o fim do ano, substituindo a Comissão Parlamentar Conjunta como órgão integrante da estrutura institucional do Mercado Comum do Sul, a matéria ainda deverá ser aprovada pelas duas casas do Congresso.

O relator da proposta, deputado Dr. Rosinha (PT-PR), destacou que o Parlamento “não disporá de função legislativa, não se sobrepondo aos congressos dos Estados partes”. A atribuição do órgão consultivo será recomendar a adoção de normas que favoreçam a integração do bloco.

Na reunião foram ainda votados e aprovados o relatório para o ajuste complementar ao Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre os governos do Brasil e da Argentina na área

de tecnologia militar – fechado na cidade de Puerto Iguazu, em novembro de 2005 – e o requerimento que trata da participação da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul no Congresso de Direito do Mercosul, a ser realizado em 7 e 8 de setembro, no Teatro Presidencial da Secretaria do Mercosul, em Montevideu, Uruguai. Serão temas de discussão a ONU, a Organização Internacional do Trabalho e o processo judicial no âmbito do Mercosul.

Estiveram presentes na reunião o presidente da Câmara dos Deputados do Paraguai, Victor Bogado, o presidente da comissão, senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS), e o senador Leomar Quintanilha (PCdoB-TO).

Para Zambiasi, “o maior investimento do Parlamento é humano, pois ele terá a responsabilidade da interlocução e aproximação entre os povos e servirá como base para ampliação do bloco”.

Renan discute mercado comum com presidente da Câmara do Paraguai

O presidente do Senado, Renan Calheiros, discutiu ontem o fortalecimento do Mercosul com o presidente da Câmara dos Deputados do Paraguai, Victor Bogado, e com o presidente da Câmara do Brasil, Aldo Rebelo.

Acompanhado de parlamentares do seu país, Bogado visitou o Congresso brasileiro numa missão de estreitamento da amizade entre os dois parlamentos.

Ao final do encontro, Renan informou que o Senado deverá ratificar urgentemente o protocolo de criação do Parlamento do Mercosul. Desde o início de sua gestão à frente do Senado, Renan tem definido como prioridade a instalação desse Parlamento.

– Sem dúvida, vamos votar logo. Falei sobre isso com o Aldo Rebelo. Depois da ampla negociação que se fez, nós queremos concluir a instalação até o final deste ano – informou.

Bogado acrescentou que “a criação do Parlamento traz o componente que faltava ao Mercosul: a representação popular”.

Indagado se teria tratado da usina hidrelétrica de Itaipu com o deputado paraguaio, Renan afirmou que esse é um assunto para o grupo que representa os dois países. “Nós criamos o grupo parlamentar Brasil-Paraguai para que possamos resolver primeiramente nesse grupo qualquer problema da relação bilateral”, explicou.



Presidente da Câmara dos Deputados do Paraguai, entre Aldo Rebelo e Renan Calheiros (D)